

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 11 de março de 2013. **A Diretoria.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011		2012	2011
Ativo			Passivo		
Circulante	2.643.634	1.599.940	Circulante	1.869.170	1.129.981
Disponibilidades	478	580	Depósitos	308.202	323.599
Aplicações interfinanceiras de liquidez	810.141	678.111	Depósitos à vista	406	670
Aplicações no mercado aberto	749.995	527.224	Depósitos interfinanceiros	254.165	252.516
Aplicações em depósitos interfinanceiros	60.146	150.887	Depósitos a prazo	53.631	70.413
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	319.843	291.229	Captações no mercado aberto	1.580	51.952
Carteira própria	161.946	113.542	Carteira própria	1.580	51.952
Vinculados a compromissos de recompra	1.581	52.102	Recursos de aceites e emissão de títulos	17.754	-
Vinculados à prestação de garantias	146.960	97.714	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de créditos e similares	17.754	-
Instrumentos financeiros derivativos	9.356	27.871	Relações interdependências	1.278	1.174
Relações interfinanceiras	327	681	Recursos em trânsito de terceiros	1.278	1.173
Créditos vinculados:			Transferências internas de recursos	-	1
Depósitos no Banco Central do Brasil	196	389	Obrigações por empréstimos	1.383.530	676.019
Correspondentes	131	292	Empréstimos no exterior	1.383.530	676.019
Operações de crédito	24.240	85.417	Instrumentos financeiros derivativos	11.577	7.120
Operações de crédito - setor privado	24.240	92.269	Instrumentos financeiros derivativos	11.577	7.120
Provisão p/ operações de crédito de liquidação duvidosa (-)	-	(6.852)	Outras obrigações	145.249	70.117
Outros créditos	1.488.172	543.571	Carteira de câmbio	95.004	11.005
Carteira de câmbio	1.448.716	520.524	Fiscais e previdenciárias	15.040	19.457
Rendas a receber	11	187	Negociação e intermediação de valores	8	7
Negociação e intermediação de valores	3.009	1.152	Diversas	35.197	39.648
Diversos	36.523	38.923	Exigível a longo prazo	834.810	251.376
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(87)	(17.215)	Depósitos	767.860	198.059
Outros valores e bens	433	351	Depósitos a prazo	767.860	198.059
Outros valores e bens	33	11	Instrumentos financeiros derivativos	12.107	3.539
Despesas antecipadas	400	340	Instrumentos financeiros derivativos	12.107	3.539
Realizável a longo prazo	599.839	304.264	Outras obrigações	54.843	49.778
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	51.154	Fiscais e previdenciárias	42.180	38.326
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	51.154	Diversas	12.663	11.452
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	204.982	5.799	Resultados de exercícios futuros	629	184
Carteira própria	190.511	-	Resultados de exercícios futuros	629	184
Instrumentos financeiros derivativos	14.471	5.799	Patrimônio líquido	542.567	526.807
Operações de crédito	280.951	150.953	Capital:		
Operações de crédito - setor privado	280.951	150.953	De domiciliados no exterior	350.492	350.492
Outros créditos	113.906	96.358	Reserva de capital	723	-
Diversos	113.906	96.358	Reserva de lucros	188.763	176.315
Permanente	3.703	4.144	Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	2.589	-
Investimentos	249	249			
Outros investimentos	249	249			
Imobilizado de uso	3.222	3.873			
Outras imobilizações de uso	11.129	11.300			
(-) Depreciações acumuladas	(7.907)	(7.427)			
Intangível	231	-			
Gastos de organização e expansão	276	20			
(-) Amortização acumulada	(45)	(20)			
Diferido	1	22			
Gastos de organização e expansão	783	802			
(-) Amortização acumulada	(782)	(780)			
Total do ativo	3.247.176	1.908.348	Total do passivo	3.247.176	1.908.348

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de Reais)

	Capital social			Reserva de lucros		Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	Lucros acumulados	Total
Eventos	Capital realizado	Aumento de capital	Reserva de capital	Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2010	347.132	3.360	-	23.552	132.492	-	-	506.295
Aumento de capital	3.360	(3.360)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	50.649	50.649
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	-	-	241	-	241
Reserva legal	-	-	-	2.532	-	-	(2.532)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	17.739	-	(17.739)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(30.378)	(30.378)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	350.492	-	-	26.084	150.231	-	-	526.807
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	42.738	42.738
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	-	-	2.589	-	2.589
Reserva legal	-	-	-	3.336	-	-	(3.336)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	9.112	-	(9.112)	-
Outras reservas	-	-	723	-	-	-	-	723
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(30.290)	(30.290)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	350.492	-	723	29.420	159.343	2.589	-	542.567
Saldos em 30 de junho de 2012	350.492	-	-	27.283	150.231	-	22.784	550.790
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	18.755	18.755
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	-	-	2.589	-	2.589
Reserva legal	-	-	-	2.137	-	-	(2.137)	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	9.112	-	(9.112)	-
Outras reservas	-	-	723	-	-	-	-	723
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(30.290)	(30.290)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	350.492	-	723	29.420	159.343	2.589	-	542.567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O ING Bank N.V., Filial de São Paulo (Filial), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 e Carta Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Filial revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

De acordo com o Pronunciamento Técnico, CPC 23, foram efetuados ajustes nos saldos de depósitos judiciais e provisões fiscais, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Vide Nota 14.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	2012	2011
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	478	580
Aplicações interfinanceiras de liquidez	749.995	527.224
Total	750.473	527.804

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não havia títulos classificados como mantidos até o vencimento.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes. As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- *Hedge de risco de mercado* - Destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de *“hedge”* e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.

- *Hedge de fluxo de caixa* - Destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de *“hedge”* são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Filial não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8b.

f) Permanente

As participações acionárias, não destinadas à manutenção da Filial, e títulos patrimoniais, são demonstrados pelo seu valor de custo.

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido pela depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens. As taxas de depreciação anuais são: 10% para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação, sistema de segurança e instalações; 20% para veículos e 20% para equipamentos de processamento de dados.

O diferido é representado por gastos com aquisição e desenvolvimento de *“softwares”*, amortizados no prazo de cinco anos ou em função dos respectivos prazos contratuais.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	2012	2011
2º Semestre	Exercício	Exercício
Receitas da intermediação financeira	107.844	271.554
Operações de crédito	16.691	34.833
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	50.463	101.385
Resultado de operações de câmbio	43.080	144.251
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(2.390)	(8.915)
Despesas de intermediação financeira	(69.231)	(178.493)
Operações de captação no mercado	(39.103)	(67.819)
Operações de empréstimos e repasses	(31.057)	(127.918)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	929	17.244
Resultado bruto da intermediação financeira	38.613	93.061
Outras receitas (despesas) operacionais	(26.329)	(40.361)
Receitas de prestação de serviços	691	3.521
Despesas de pessoal	(18.301)	(31.307)
Outras despesas administrativas	(11.597)	(22.219)
Despesas tributárias	(4.224)	(7.380)
Outras receitas operacionais	10.238	25.269
Outras despesas operacionais	(3.136)	(8.245)
Resultado operacional	12.284	52.700
Resultado não operacional	(95)	(93)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	12.189	52.607
Imposto de renda e contribuição social	7.060	(8.831)
Imposto de renda	(1.645)	(1.645)
Contribuição social	(1.035)	(1.035)
Ativo fiscal diferido	9.740	(6.151)
Participação dos empregados nos lucros	(494)	(1.038)
Lucro líquido do semestre/exercício	18.755	42.738
Juros sobre capital próprio	(30.290)	(30.290)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre	Exercício
	2012	2012
Atividades operacionais		
Lucro Líquido Ajustado do semestre/exercício	16.054	24.504
Lucro líquido do semestre/exercício	18.755	42.738
Depreciações e amortizações	817	1.599
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(929)	(17.244)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(2.589)	(2.589)
Variação de ativos e passivos	590.638	229.709
Redução (Aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(25.743)	(227.796)
Redução (Aumento) em aplicações interfinanceiras	187.998	141.895
Redução (Aumento) em relações interfinanceiras	(58)	354
Redução (Aumento) em operações de crédito	74.906	(61.854)
Redução (Aumento) em outros créditos	(185.922)	(945.879)
Redução (Aumento) em outros valores e bens	35	(81)
Aumento (Redução) em depósitos	297.146	554.406
Aumento (Redução) em captações no mercado aberto	(776)	(50.372)
Aumento (Redução) em recursos de aceite e emissão de títulos	(11.090)	17.754
Aumento em obrigações por empréstimos	181.709	707.511
(Redução) em obrigações por repasses do exterior	-	-
Aumento (Redução) em relações de interdependências	1.278	104
Aumento (Redução) em instrumentos financeiros derivativos	(1.022)	13.025
Aumento (Redução) em outras obrigações	72.438	80.197
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	(261)	445
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades operacionais	606.692	254.213
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado de uso	(334)	(1.075)
Aquisição de intangível	(179)	(179)
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento	(513)	(1.254)
Atividades de financiamento		
Juros sobre capital próprio	(30.290)	(30.290)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	(30.290)	(30.290)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	575.889	222.669
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	174.584	527.804
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	750.473	750.473
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	575.889	222.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



...continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

• **Risco de liquidez** - As exposições decorrentes de descasamentos de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de *stress*, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter os limites mínimos de liquidez estabelecidos pela administração da Filial, dentre outros;

• **Risco operacional** - A possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuam deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.383/08 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico; e

• **Gerenciamento de capital** - A Estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado financeiro, cuja instituição líder é a Filial.

A área de Finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, tais como testes de estresse, e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível (PR) suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido (PRE), o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Alta Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

Os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede da Filial, e as informações requeridas pela Circular nº 3.477/09 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no sítio da instituição na *Internet*, no endereço <http://www.ing.com.br>.

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por operações compromissadas no montante de R\$ 749.995 (R\$ 527.224 em 2011) lastreadas em títulos públicos e vencimentos em até três meses, e certificados de depósitos interfinanceiros (CDI) no montante de R\$ 60.146 (R\$ 202.041 em 2011) com vencimentos até 3 meses.

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de mercado, e a segregação por faixas de vencimento, estão demonstradas como segue:

	2012				
Títulos e valores mobiliários	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado	Custo Atualizado
Carteira Própria para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	-	87.680	48.325	136.005	132.974
Notas do Tesouro Nacional	9.174	-	9.668	18.842	18.433
	9.174	87.680	57.993	154.847	151.407
Disponível para venda					
Títulos no exterior	1.643	5.456	190.511	197.610	195.118
	1.643	5.456	190.511	197.610	195.118

	2011				
Títulos e valores mobiliários	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado	Custo Atualizado
Carteira Própria para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	-	1.581	-	1.581	1.579
Notas do Tesouro Nacional	-	1.581	-	1.581	1.579
Vinculados à prestação de garantias para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	-	146.960	-	146.960	144.710
	-	146.960	-	146.960	144.710

	2011				
Títulos e valores mobiliários	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado	Custo Atualizado
Carteira Própria para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	-	47.689	56.501	104.190	101.486
Notas do Tesouro Nacional	-	-	9.352	9.352	9.103
	-	47.689	65.853	113.542	110.589

	2011				
Títulos e valores mobiliários	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado	Custo Atualizado
Carteira Própria para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	-	43.962	8.140	52.102	51.340
	-	43.962	8.140	52.102	51.340

	2011				
Títulos e valores mobiliários	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado	Custo Atualizado
Carteira Própria para negociação					
Letras do Tesouro Nacional	-	43.635	54.079	97.714	95.430
	-	43.635	54.079	97.714	95.430

O valor de mercado representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado, se necessário.

Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de *"hedge"* de clientes. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, o controle dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da administração da Filial, como segue:

- **Hedge** - Operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;
- **Negociação** - Operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição global de posições proprietárias e atender necessidades de *"hedge"* de clientes.

Os contratos futuros negociados no âmbito da Bolsa de Valores Mercadorias e de Futuros (BM&FBovespa), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, BM&FBovespa ou agente de mercado, quando necessário.

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

	2012				
Instrumentos financeiros derivativos	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado	Custo atualizado
Ativo - Negociação Swaps					
- Moeda estrangeira	-	380	14.471	14.851	380
Mercado a termo	-	-	-	-	-
- Moeda estrangeira	8.602	374	-	8.976	9.370
Totais por faixa de vencimento em 2012	8.602	754	14.471	23.827	9.750
Totais por faixa de vencimento em 2011	8.890	18.981	5.799	33.670	31.275
Passivo - Negociação Swaps					
- Moeda estrangeira	-	339	12.107	12.446	339
Mercado a termo	-	-	-	-	-
- Moeda estrangeira	3.080	8.158	-	11.238	15.569
Totais por faixa de vencimento em 2012	3.080	8.497	12.107	23.684	15.908
Totais por faixa de vencimento em 2011	3.097	4.023	3.539	10.659	5.369

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registradas na BM&FBovespa ou CETIP, e cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

	Futuros	Termo	Swap	Total
Negociação				
Moeda estrangeira	254.089	1.056.906	546.108	1.857.103
Taxa de juros	1.681.103	-	-	1.681.103
Hedge - risco de mercado				
Taxa de juros	73.591	-	-	73.591
Total 2012	2.008.783	1.056.906	546.108	3.611.797
Total 2011	1.325.936	548.472	1.511.427	3.385.655

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à BM&F Bovespa e Fundo de Liquidação da CBLC, foram requeridas margens no valor de R\$ 146.960 (R\$ 97.714 em 2011), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos. Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no exercício estão demonstrados a seguir:

	2012	2011
Contratos		
Futuros	(35.065)	(48.445)
Swaps	445	3.453
Termo	25.705	11.880
Total	(8.915)	(33.112)

8 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN, tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade Operações de crédito Setor privado					
	2012	2011			
Indústria	144.628	78.545			
Comércio	21.546	-			
Outros serviços	138.995	164.629			
Pessoas Físicas	22	48			
Total	305.191	243.222			
Outros créditos - Adiantamento sobre contratos de câmbio Setor privado					
	2012	2011			
Indústria	607.243	220.689			
Comércio	341.896	28.388			
Outros serviços	350.797	216.896			
Total (Nota 9)	1.299.936	465.973			

b) Nível de risco					
	Valor da provisão	Valor da carteira			
	2012	2012			
Nível de risco					
AA	-	1.587.767			667.913
A	0,5%	87			17.360
F	50%	-			34.430
H	100%	-			6.852
Total	87	1.605.127			709.195

c) Vencimento Vencimento					
	2012	2011			
Vencidas	-	6.852			196.768
A vencer até 90 dias	443.222	351.461			970.384
A vencer de 91 a 360 dias	970.384	154.114			191.521
A vencer acima de 360 dias	191.521	154.114			1.605.127
Total	1.605.127	709.195			

d) Movimentação da provisão Provisão					
	2012	2011			
Saldo Inicial	24.067	18.816			
Constituição	541	8.147			
Realização	(24.521)	(2.896)			
Saldo final	87	24.067			

Em 31 de dezembro de 2012, R\$ 6.735 das reversões ocorridas, referem-se a provisões baixadas para prejuízo.

9 CARTEIRA DE CÂMBIO

A composição da carteira de câmbio está demonstrada como segue:

	2012	2011
Carteira de câmbio	Circulante	Circulante
Ativo		
Câmbio comprado a liquidar	1.374.038	512.434
Direitos sobre venda de câmbio	56.798	7.316
Rendas a receber de adiantamento concedido	17.879	4.434
Adiantamento em moeda estrangeira a liquidar	-	(3.660)
Total	1.448.716	520.524
Passivo		
Câmbio vendido a liquidar	56.289	7.349
Obrigações por compra de câmbio	1.320.772	465.195
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(1.282.057)	(461.539)
Total	95.004	11.005

10 OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

A composição de "Outros créditos - diversos" está demonstrada como segue:

	2012	2011
Créditos diversos	Longo prazo	Longo prazo
Créditos tributários - impostos e contribuições (Nota 19)	20.953	9.892
Impostos a compensar	14.404	19.999
Depósitos judiciais (Nota 16d)	-	80.395
Adiantamentos a funcionários e terceiros	240	-
Diversos	926	3.620
Total	36.523	113.906

11 DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	Total
Depósito à vista	406	-	-	-	406
Depósito interfinanceiros	-	-	254.165	-	254.165
Depósito a prazo	-	13.006	40.625	767.860	821.491
Captações no mercado aberto	-	1.580	-	-	1.580
Total por faixas de vencimento em 2012	406	14.586	294.790	767.860	1.077.642
Total por faixas de vencimento em 2011	670	52.826	322.054	198.059	573.609

12 RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Em 31 de dezembro de 2012 são compostos por Letras de Crédito do Agronegócio no valor de R\$ 17.754 com vencimentos em até 3 meses e remuneradas a taxas vinculadas ao CDI.

13 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES DO EXTERIOR

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 654.755 (US\$ 271.322 em 2011), a taxa de juros de até 7,78% a.a., e vencimentos até dezembro de 2013 e linha de crédito com a matriz no montante de US\$ 16.000 (US\$ 88.356 em 2011).

14 OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

A composição de Outras obrigações fiscais e previdenciárias está demonstrada como segue:

	2012	2011
Obrigações fiscais e previdenciárias	Longo prazo	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	6.537	-
Imposto de renda e contribuição social	2.504	-
Provisão para riscos fiscais (Nota 16c)	-	42.180
Impostos e contribuições diferidos	5.999	-
Total	15.040	42.180
Em conformidade com o Pronunciamento Técnico, CPC 23, itens 41 e 49, aprovado pela Resolução nº 4.007/11 do CMN, houve o reconhecimento contábil dos efeitos anteriores à adesão da anistia fiscal, instituída pela Lei nº 11.941/09, visto que ainda existem controvérsias a respeito da adesão da mesma pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Dessa forma, foi reconhecida a provisão e os respectivos depósitos judiciais (Nota 10) no valor de R\$ 12.169 (R\$ 11.836 em 2011 e saldo de abertura de R\$ 11.440).		

15 OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

A composição de "Outras obrigações - diversas" está demonstrada como segue:

	2012	2011
Obrigações diversas	Longo prazo	Longo prazo
Juros sobre capital próprio	25.881	-
Provisão para despesas de pessoal	6.214	1.208
Provisão para contingências (Nota 16b)	-	7.946
Diversos	3.102	3.509
Total	35.197	12.663

16 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) **Ativos contingentes:** em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) **Passivos contingentes:** a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	31/12/11	Adições	Reversões	31/12/12
Trabalhistas	2.445	484	1.222	1.707
Outras - BACEN	6.006	233	-	6.239
Cíveis	105	19	124	-
Total	8.556	736	1.346	7.946
	31/12/10	Adições	Reversões	31/12/11
Totais passivos contingentes	7.874	292	-	8.556

b.1) **Passivos contingentes classificados como perda possível e sem provisão:** a Filial possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos e para as quais não foram constituídas provisões. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de hedge, no valor atualizado de R\$ 17 milhões. Foi apresentada impugnação na DRJ, ainda pendente de julgamento.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&

ING



ING BANK N.V.

CNPJ nº 49.336.860/0001-90



...continua

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Receitas/(despesas)		
Resultado de câmbio	(510)	1.450
Outras receitas operacionais	12.443	28.676
Despesas de depósitos a prazo	(36)	(644)
Despesas de operações compromissadas	(303)	(179)
Despesas com depósitos interfinanceiros	(20.007)	(22.678)
Resultado de empréstimos no exterior	(101.107)	(5.046)
Resultado obrigações com banqueiros exterior	(2.981)	913
Despesa com juros sobre o capital próprio	(30.290)	(30.378)

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 2.725 (R\$ 3.545 em 2011) de remuneração fixa, e de R\$ 1.757 (R\$ 1.717 em 2011) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo.

a) Remuneração baseada em ações

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo), participa de um programa global de remuneração de longo prazo “Long-Term Sustainable Performance Plan”, patrocinado pelo ING Groep N.V. de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual

e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações seguem as regras de período de aquisição de direito (vesting period), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos 3 anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local.

No *vesting date* os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurado com base no valor justo na data da outorga do prêmio. A Filial registrou despesas no valor de R\$ 722, tendo como contrapartida a conta de Reserva de Capital.

21

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 37.084 (R\$ 51.424 em 2011).

b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 31 de dezembro de 2012, o valor do patrimônio de referência exigido (PRE) correspondia a 24,94% do valor do patrimônio de referência ajustado (16,88% em 2011).

c) A Filial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de

capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 totalizaram R\$ 427 (R\$ 370 em 2011).

d) Outras despesas administrativas correspondem basicamente a despesas de processamento de dados R\$ 5.533 (R\$ 4.988 em 2011), serviços do sistema financeiro nacional R\$ 541 (R\$ 566 em 2011), aluguéis R\$ 3.246 (R\$ 2.833 em 2011), serviços técnicos especializados R\$ 3.466 (R\$ 2.581 em 2011), serviços de terceiros R\$ 2.040 (R\$ 1.675 em 2011), despesas com comunicação R\$ 1.013 (R\$ 901 em 2011) e despesa com manutenção e conservação R\$ 1.145 (R\$ 965 em 2011).

e) Outras receitas operacionais correspondem basicamente à recuperação de encargos e despesas administrativas R\$ 12.772 (R\$ 28.924 em 2011), reversão de provisão de gratificação R\$ 2.131 (R\$ 2.917 em 2011), atualização de depósito judicial R\$ 4.006 (R\$ 2.201 em 2011).

f) Outras despesas operacionais correspondem basicamente à reclassificação de variação cambial sobre aplicações em moeda estrangeira R\$ 4.087 (R\$ 5.203 em 2011) e atualizações de riscos fiscais R\$ 2.938 (R\$ 1.176 em 2011).

A DIRETORIA

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Srs. Administradores do

ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

 **ERNST & YOUNG** **TERCO**

Quality In Everything We Do

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

São Paulo, 11 de março de 2013.

Eduardo Braga Perdigão

Contador CRC-1CE013803/O-8 “S”-SP

Dário Ramos da Cunha

Contador CRC-1SP214144/O-1

www.ing.com.br

[24555] DOESP – 2COL X 30CM – PÁG. 3 – Pefran 010 – 23/03/13